

ACORDO ORTOGRÁFICO: SUA IMPORTÂNCIA E LIMITAÇÕES

Por Amélia Arlete Mingas

Lisboa, 17-19 Março, 005

Introdução

A existência de qualquer Acordo implica o equacionamento claro e firme de uma situação de conflito. No caso em análise, pensamos ser importante, porquanto é óbvia a necessidade de determinar, com precisão, os contornos da problemática linguística que caracteriza as comunidades de Fala portuguesa. O falar-se português em 4 (quatro) dos cinco continentes e o facto de essa língua estar, à excepção da falada na Europa, em contacto com outras línguas e culturas é razão irrefutável. Nesta ordem de ideias, o Acordo constitui em si, uma das etapas tendentes à harmonização ortográfica entre os países de Fala portuguesa. Contudo, impõe-se que uma análise profunda seja feita sobre o fenómeno, tendo como base duas vertentes, por um lado a da variação e, por outro, a da harmonização ortográfica da língua. É nesse sentido que nos pronunciaremos.

A variação

A alteração de estruturas linguísticas caracteriza qualquer situação de comunicação, permitindo facilmente, detectar os limites que se impõem aos locutores da/s língua/s em análise. No que respeita às comunidades de Fala portuguesa, pensamos que uma das questões a resolver desde já, é a da discussão de metodologias de investigação. Considerar variáveis como espaço e tempo é, estamos em crer, de uma importância inestimável pois, a acção corrosiva do tempo age sobre qualquer língua, o mesmo acontecendo com o espaço.

No caso concreto dos nossos países, a variável espaço implica, de igual modo, a coexistência de línguas e culturas distintas das portuguesas, o que vai dar contornos específicos à variação, particularmente porque o português não é aí falado por comunidades de origem. Aqui, ao contrário do que poderia acontecer em Portugal e ilhas da Madeira e Açores, o português foi objecto de influências socioculturais óbvias e notórias. Em

consequência, é importante considerar o contributo de investigadores da área das ciências sociais para um estudo mais abrangente desta fenomenologia.

A harmonização

Face à complexidade das implicações da variação, uma concertação se impunha, em que por meio de estudos, avaliações dos fenómenos em causa, possibilitariam uma harmonização linguística. Senão vejamos: No Brasil, o português foi a língua imposta às comunidades em presença, nomeadamente às locais e às estrangeiras, africanas (em grande maioria europeias e asiáticas). Neste país, a imposição foi de tal modo agressiva que o seu uso se generalizou, levando o português a sobrepor-se às outras línguas em presença, sendo hoje falado por toda a comunidade brasileira. Óbvio se torna admitir que as transformações do português nessas paragens são distintas do verificado em Portugal, onde a língua é somente falada pela comunidade de origem.

O mesmo se passou em África. O português esteve/está em contacto com as línguas bantu (maioria esmagadora) mas, também com os vários crioulos, com línguas do grupo khoi-san, islâmicas e os diversos crioulos indianos (Moçambique); na Ásia, Macau, com o chinês e, em Timor, com as duas variedades do Tétum, *mbauk e tetun*.

Face a esta diversidade, a harmonização linguística implicaria cumplicidades de todos os locutores, e algumas cedências e necessário será reflectir sobre essas realidades específicas e isso, tendo como base alcançar o patamar mais alto possível de inter compreensão.

O acordo: Vantagens e debilidades

Das Vantagens

A existência, de não importa que acordo, é fundamentada sempre, como o afirmámos, por uma situação de conflito e o nosso também o é, na medida em que resulta da utilização, oficial, durante séculos, da língua portuguesa, em contextos multilingues.

Embora a língua portuguesa não se tivesse expandido e imposto com a mesma abrangência que no Brasil, um facto é inegável: Ela foi sendo progressivamente assumida pelas diversas e distintas comunidades, sofrendo um processo lento, mas firme de apropriação e tornou-se a língua comum dessas comunidades, constituindo, em consequência, um património comum a todas elas.

Se tivermos todo este trajecto presente, óbvio se torna reconhecer a necessidade de uma coordenação deste património, coordenação essa feita por um organismo supra nacional. Razões e várias existem para fundamentar a sua implementação, porquanto as línguas são organismos vivos, que evoluem no tempo e espaço e também, reconheçamos, desenvolvem-se de acordo com as condições e meios utilizados na sua difusão.

A evolução da língua portuguesa possibilitou o aparecimento de níveis diversos de variação, a qual poderia/deverá ser controlada por normas de utilização, definidas por peritos, representando cada uma das comunidades, que permitissem a protecção desse bem comum, que pertence a todos e, neste contexto, a nenhum de nós em particular, para poder livre e reflectidamente alterá-lo.

O Acordo Ortográfico deveria contribuir para minimizar as diferenças e impedir que o modo como cada uma das comunidades de Fala portuguesa realizasse a língua, não interferisse na essência da mesma, o

que contribuiria para reforço das vantagens das vantagens da sua criação. Mas, às vantagens opõem-se algumas debilidades que merecem uma inventariação e definição das modalidades para contorná-las.

Das debilidades

As debilidades do Acordo relevam da sua não implementação e ganham forma pelo facto de, no acto de elaboração se ter partido de realidades consolidadas, como a portuguesa e a brasileira, onde a língua já tinha adquirido contornos irreversíveis. No que respeita aos restantes países, somente durante o período pós independência, é que se constatou um contacto maior com a língua portuguesa pois, a insegurança, provocada pelo factor guerra, forçou a deslocação de populações rurais para a capital do país e/ou principais cidade das províncias. Por conseguinte, só nesta altura se começou a verificar a tendência, cada vez mais forte, para a alteração da norma portuguesa.

Útil se toma salientar o papel das FAA, Forças Armadas Angolanas na divulgação da Língua portuguesa por todo o país, contribuindo até para uma certa uniformização/padronização que irá coabitar com a alteração do português padrão.

Contrariamente ao que se verificou no Brasil, onde a variação já estava identificada, consolidada e estudada, nas recentes ex-colónias, esse fenómeno, embora palpável, merecia um trabalho árduo, mais aturado, relativamente à recolha de dados sobre o português aí falado e sistematização dos mesmos. Em países como Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, a existência de um crioulo poderia servir de base para o estudo da variação nesses países. O mesmo já não se verificava em Angola e Moçambique, onde a presença de um número significativo de locutores das línguas locais, evitou a emergência de crioulos. Aqui, estamos perante fenómenos de interferência mútua.

Quanto a nós, a falta de dados minimamente fiáveis/científicos relativos à variação nestes países constitui também uma das debilidades do Acordo e uma das dificuldades para a sua implementação. Embora existam já elementos suficientes para se delinear os meandros da língua falada, o seu processo de formação ainda não se consolidou para que a utilização do Acordo, que constituirá, estamos certas, um passo importante para uma harmonização ortográfica da língua portuguesa nesses países, possa ser viabilizada.

Unidade de harmonização
Estamos em crer que a implementação do Acordo conduziria a uma harmonização da escrita, implicando uma reordenação das políticas linguísticas locais pois impõe-se que se tenha em linha de conta por um lado a língua portuguesa e a defesa das possibilidades de descodificação das diferentes formas em que se apresenta a Fala; por outro lado, para as línguas locais, urgente se torna definir os limites da lexicalização para os itens, presentes na língua portuguesa, utilizada localmente.

Relativamente a esta questão, pensamos que a dificuldade de implementação do Acordo decorre do facto de que a sua elaboração não se ter considerado a especificidade das línguas em presença.

Conclusão

Uma análise retrospectiva do que foi feito relativamente ao Acordo, evidente se torna reconhecer que uma resolução do género deveria por um lado, poder ser acompanhada localmente, para garantir a sua utilização prática e, por outro lado, tomar óbvia a necessidade de se ter em conta os diversos códigos linguísticos, o que implicaria a viabilização de perspectivas diversas de abordagem desta problemática, para que se alcançasse uma gestão eficaz da situação linguística do português nos países de fala portuguesa. Neles, essa língua é a oficial, a que viabiliza o processo de ensino/aprendizagem. Nesta perspectiva, o Acordo garantiria a fiabilidade da comunicação escrita e a capacidade de o português

assegurar funções de comunicação nessas comunidades, pois não se pode deixar de considerar a dicotomia língua/desenvolvimento se, se tiver como objectivo a preservação de um património comum.

Tendo em conta que a língua é um meio indispensável à comunicação e, por conseguinte, à transmissão de conhecimentos, técnicas, experiências, sentimentos e que, no que respeita aos países da CPLP, é através da língua portuguesa que os cidadãos desses países acedem a esse conjunto de vivências e experiências, o estabelecimento de normas para a sua utilização é necessário na medida em que viabilizaria a apreensão desses conhecimentos de modo mais fácil e porque não, democrático (permitindo o acesso à maioria).

Considerando a diversidade linguística que caracteriza esses países, um acordo sobre a língua comum deverá salvaguardar o que de comum existe na variante do português aí utilizada. De igual modo, no acto de integração de itens ligados às realidades socioculturais locais, importa considerar a fonologia e a morfo-sintaxe das línguas em presença, pelo que o conhecimento da estrutura das línguas com as quais o português terá, obrigatoriamente, de estar em contacto é indispensável.

Com efeito, uma análise cuidada do português oral permite notar a existência de regência diferentes, a repetição sistemática (mesmo em linguagem escrita) da falta de crases, da anulação do pronome pessoal complemento, etc.

Por outro lado, uma atenção especial deve ser votada aos códigos linguísticos e de comunicação, porquanto a eficácia, a qualidade e adaptação de qualquer mensagem dependem dos códigos utilizados. Assim, equipas pluridisciplinares formadas essencialmente por peritos da área das ciências sociais, deveriam garantir não só a implementação como o acompanhamento da utilização do Acordo. A componente cultural é de se ter igualmente em conta pois as realidades sociais e humanas das

populações que utilizam a língua portuguesa não podem nem devem ser ignoradas.

Bibliografia

- ARONOFF, Mark / 1976
Word Formation in Generative Grammar, Cambridge, Massachusetts, The MIT Press
- BENVENISTE, Emile / 1966
Problèmes de Linguistique Générale I, Paris, Gallimard
- _____, 1974
Problèmes de Linguistique Générale II, Paris, Gallimard
- BONVINI, Emilio / 1993
Langues et Langages en Angola, Paris, CNRS
- CALVET, Louis-Jean, / 1987
La Guerre des Langues et les Politiques Linguistiques, Paris, Payot
- CÂMARA, Mattoso / 1956
Dicionário de Linguística e Gramática, Petrópolis, Vozes
- CREISSELS, Dennis / 1979
Unités et Catégories Grammaticales. Réflexions sur les Fondements d'une Théorie Générale des Descriptions Grammaticales, Grenoble, Université des Langues et Lettres de Grenoble
- CHOMSKY, Noam, /1970
Remarks on nominalization, in *Studies on Semantics in Generative Grammar*, Haia, Mouton, 1972, pp. 1
- DOKE, Clement M., / 1943
The growth of comparative bantu phylogeny, in *African Studies*, London, vol. 2, pp. 41-64
- DUNKEL, Harold, / 1948
Second-Language Learning, Boston, Ginn and Company
- HAGEGE, Claude, / 1982
La Structures des Langues, Paris, Presses Universitaires de France
- _____, 1985
L'homme de Paroles. Contribution Linguistique aux Sciences Humaines, Paris, Fayard,
- HALL, Edward T., / 1959
The Silent Language, Garden City, N. Y., Doubleday & Company
- HOCKETT, A., /1958
Course in Modern Linguistics, Toronto, The Macmillan Company
- KROEBER, A. L., /1953
Anthropology Today, Chicago, The University of Chicago Press
- LADO, Robert, /1952
Linguistics Across Cultures, Ann Arbor, The University of Michigan Press
- MATEUS, M. H. M; BRITO, A. M.; FARIA, I., /1989
Gramática da Língua Portuguesa, 2ª edição revista e aumentada, Lisboa, Caminho
- MINGAS, Amélia Arlete, /1995
Etude Grammaticale de l'iwoyo (Angola), Thèse de Nouveau Régime, Paris, Université Paris V
- _____, 2000